

# O Estudo de Caso da UNISEG 01 no Período de 2015 a 2019 e o Impacto na Redução de Homicídios

*Alkimar Sampaio de Souza*

*Universidade Estadual do Ceará - UECE*

*Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota*

*Universidade Estadual do Ceará - UECE*

<https://revistas.uece.br/index.php/inovacaotecnologiasocial/article/view/13296>

## Resumo

Segundo alguns autores, o campo da segurança pública ainda precisa ser explorado e, mesmo nas últimas décadas, as universidades brasileiras têm desenvolvido muitos trabalhos relevantes sobre o tema. No entanto, cada vez mais as sociedades buscam políticas de segurança pública voltadas para a participação social neste campo, partindo do princípio de que a segurança pública não se estabelece isoladamente pela polícia, pois a participação social não só ajuda a resolver os problemas da comunidade, mas também torná-la legítima. Dessa forma, o desenvolvimento de centros de pesquisa em segurança pública é importante não apenas no meio acadêmico, mas também dentro dos órgãos policiais, pois são os principais responsáveis pelo desenvolvimento operacional dessas políticas, e fortalecê-los contribuirá para a compreensão científica das relações sociais. E como a polícia pode afetar sua qualidade de vida sem tirar ou reduzir seus direitos. Assim, o processo de redemocratização do Brasil levou a polícia a buscar novos modelos e métodos para se integrar à comunidade e passar a trabalhar com os cidadãos de forma integrada e participativa. Este trabalho apresenta, assim, a evolução completa dos passos dados pela Polícia Militar do Estado do Ceará neste processo de redemocratização, bem como sua nova forma de tratar a comunidade, e como o Governo do Estado do Ceará pode contribuir criando um ambiente pacífico Ceará, e como essa política de segurança pública chegou ao território e se organizou para se tornar efetiva e legítima aos olhos dos cidadãos do “Grande Vicente Pinzon”.

**Palavra-chave** pacto por um ceará Seguro; UNISEG 01; policiamento comunitário.

## Abstract

According to some authors, the field of public security still needs to be explored and, even in recent decades, Brazilian universities have developed many relevant works on the subject. However, more and more societies seek public security policies aimed at social participation in this field, based on the principle that public security is not established in isolation by the police, as social participation not only helps to solve the community's problems, but also make it legit. In this way, the development of public security research centers is important not only in academia, but also within police agencies, as they are primarily responsible for the operational development of these policies, and strengthening them will contribute to the scientific understanding of the social relationships. And how the

police can affect your quality of life without taking away or reducing your rights. Thus, the process of redemocratization in Brazil led the police to seek new models and methods to integrate into the community and start working with citizens in an integrated and participatory manner. This work presents, therefore, the complete evolution of the steps taken by the Military Police of the State of Ceará in this process of redemocratization, as well as its new way of treating the community, and how the Government of the State of Ceará can contribute by creating a peaceful environment Ceará, and how this public security policy reached the territory and was organized to become effective and legitimate in the eyes of the citizens of “Great Vicente Pinzon”.

**Key-word** pact for a pacific ceará UNISEG 01; community policing.

## Introdução

A presente pesquisa tem como objetivo investigar, no contexto da Política Pública de Segurança, como o Policiamento Comunitário ajudou na Redução de Homicídios na UNISEG 1 no período de 2015 a 2019. Este policiamento comunitário está, portanto, incluído na UNISEG 01 por ser uma ferramenta de Governo no Programa Pacto por um Ceará Pacífico, assim, dentro de seus objetivos gerais de política era o de minimizar a violência, reduzir homicídios, aumentar a consciência de segurança no Território e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos na Comunidade.

A pesquisa quanto aos objetivos é descritiva, de caráter qualitativo e articulada com aportes quantitativos. A opção pelo caráter qualitativo decorre da intenção de compreender significados, crenças, valores, aspirações, motivos e atitudes, entendidos como parte da realidade social dos sujeitos que participarão da pesquisa (MINAYO, 2007). Para embasar teoricamente o método da pesquisa, Yin (2005), esclarece que o estudo de caso pode ser uma relevante estratégia metodológica para a pesquisa em ciências humanas, pois possibilita ao investigador um aprofundamento em relação ao fenômeno, revelando especificidades do objeto de estudo que seriam difíceis de serem enxergadas se não fosse in loco. Permite, portanto, uma visão holística e sistemática sobre os acontecimentos da vida real do local pesquisado com base nas perspectivas e vivência do sujeito.

Apresenta-se um cenário mostrando o quanto foi necessário para a Polícia Militar conhecer os novos conceitos relacionados aos Direitos Humanos, Filosofia de Polícia Comunitária e de Policiamento Orientado a Solução de Problemas, haja vista que sendo ela uma Polícia Ostensiva tinha que se adaptar a uma nova realidade social em que o cidadão deveria ser visto não como inimigo, mas sim como parceiro na solução de problemas, e juntos polícia e comunidade trariam soluções aceitáveis para prevenção do crime e da violência.

Portanto, busca-se mostrar neste trabalho, toda uma nova sistematização em que coube à Polícia Militar desenvolver novos métodos de policiamento que atendessem a um padrão de qualidade exigido, social e juridicamente pela à sociedade através de um novo cenário em que polícia militar e comunidade passavam a solucionar os problemas do território juntos.

Dessa forma busca-se nos estudos e conceitos de Skolnick e Bayley (2002), apresentar o contexto doutrinário e histórico da Polícia Comunitária e seus modelos de emprego de âmbito internacional, bem como o processo de fortalecimento dessa política no Brasil através da política de segurança pública “Brisolista” desenvolvida no Estado do Rio de Janeiro e posta em prática pelo Coronel Cerqueira na Polícia Militar Fluminense.

Por último, apresentamos as considerações finais, mostrando a eficiência do Policiamento Comunitário da Polícia Militar na prevenção aos crimes de homicídios e ao enfrentamento à violência no Bairro Vicente Pinzon, através da implementação da UNISEG 01, como sendo uma Política Pública de Segurança eficaz para a construção da paz social na

comunidade haja vista que a parceria com a comunidade fortalece e legitima os trabalhos da Polícia Militar.

A construção deste Artigo Científico foi feita através de uma visão sistêmica e buscando apresentar através das ações de prevenção da Polícia Militar do Ceará como são desenvolvidas as soluções dos problemas da comunidade, mostrando através de Estudos Comparativos, a eficiência da política pública de segurança através dos dados quantitativos sobre a redução dos Crimes de Homicídios antes e depois da implementação da UNISEG 01 no Bairro do Vicente Pinzón.

## **1. Paradigmas do Policiamento Comunitário como uma nova estratégia na Polícia Militar do Ceará**

Nesta análise buscamos mostrar o quanto é importante para Polícia Militar, enquanto polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, ter uma relação direta com as comunidades pertencentes às suas respectivas áreas de atuação, já que, aumentando a confiabilidade entre cidadão e Polícia Militar, facilita o domínio do espaço geográfico e do controle da violência pela instituição policial contribuindo para convivência e paz social.

Para Bayley e Skolnick (2001), há total necessidade de haver sempre uma relação de proximidade, transparência, cooperação e interação social entre polícia e comunidade, a qual resultaria em um pacto de total confiança entre esses atores, já que os propósitos são a preservação da ordem pública e o enfraquecimento do crime.

Como responsável pelo policiamento ostensivo e preservação da ordem pública, cabe à Polícia Militar as atividades de atenção às demandas do cidadão, devidamente alinhadas aos valores de uma sociedade livre e plural, fundada no respeito às leis, na proteção e promoção da cidadania e na exaltação da dignidade da pessoa. Portanto, as ações da Polícia Militar deverão ser diretamente relacionadas à proteção social, já que o cidadão é o maior usuário dos serviços de segurança pública.

Todos esses valores éticos, morais e normativos da Polícia Militar são em torno dos Direitos Humanos, já que são direitos fundamentais para a sociedade e somado a inserção da polícia militar no campo do ensino, da pesquisa, da formação e aperfeiçoamento policial com qualidade facilita a instituição criar uma cultura jurídica e social capaz de prevenir e combater a redução dos homicídios, da violência, e, por sua vez, na diminuição do medo do coletivo social nos espaços públicos.

Por outro lado, Balestreri (2009), ainda acrescenta que coube ao Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e ao Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI), fazer convênios com os entes federados com a finalidade de desenvolver novos paradigmas para segurança pública do país, fundados na racionalidade, no conhecimento científico, no pensamento estratégico e na visão sistêmica (MARCINEIRO, 2009, p. 49).

Nesse diapasão apresentado por Balestreri (2009), foi necessário à Polícia Militar do Ceará buscar novas estratégias que atendessem às demandas da sociedade, de forma que a preservação da ordem pública e o policiamento ostensivo não ficassem reduzidos somente ao atendimento de ocorrências após fato delituoso e ao patrulhamento policial em viaturas, sem nenhuma perspectiva de diminuição da violência e dos números de homicídios, já que isso seria uma forma limitada de atuação policial.

Portanto, a Polícia Militar buscou se inserir e se adaptar às novas estratégias das políticas públicas de segurança implementadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), no espaço público, enquanto polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, de forma que a atuação policial migrasse de um modelo limitado e já ultrapassado de atendimento a ocorrências pós-fato ocorrido para um novo modelo que realmente prevenisse o crime e que pudesse trazer confiabilidade para a sociedade de um modo geral.

A prática de termos uma polícia de preservação da ordem pública voltada exclusivamente para o policiamento tradicional contribuiu para uma falta de credibilidade

social impactante, já que sua forma de atuação operacional não atendia os anseios da comunidade por ser um modelo tipicamente reativo, capaz de atender às ocorrências envolvendo crimes e contravenções posteriormente ao fato já ocorrido, levando em consideração somente o cumprimento da lei, a resolução do crime e o tempo resposta.

Para Marcineiro (2009) o policiamento tradicional é totalmente desconectado da realidade social, pois, quanto mais a polícia reprimi e trata a sociedade como inimiga, mais as pessoas se afastavam dela e, conseqüentemente, se mostravam avessas às corporações.

Para Freitas (2019), o policiamento orientado à solução de problemas apresenta uma forma proativa de enfrentamento ao crime em que ele deve ser visto como um fim em si mesmo, e não como um meio, de forma que a parceria mútua entre polícia e comunidade resulte em um sentimento de segurança e bem-estar social, já que este tipo de policiamento comunitário busca meios estratégicos para focar e atingir o centro do problema em uma comunidade, de forma que somente o ponto específico do problema será totalmente afetado pela ação policial.

## **2. O processo de redemocratização e o impacto da Polícia Comunitária**

Para Silva (2013), a política de Segurança Pública Brizolista da década de 1980, veio com a tentativa de implementação do policiamento comunitário no Rio de Janeiro como uma forma de inserir novos conceitos como Direitos Humanos, prevenção, integração e legalidade, que deveriam ser importantíssimos no novo contexto da redemocratização no Brasil.

É importante salientar que o modelo Brizolista estudado por Silva (2013), o qual foi desenvolvido por Cerqueira no Rio de Janeiro, também impactou nas últimas décadas o formato das demais polícias militares dos demais Estados Brasileiro, já que essas instituições Estaduais também estavam passando por toda uma reestruturação interna, durante o processo de redemocratização no país e buscavam as melhores experiências no Brasil e no exterior como forma de também implementarem um modelo de polícia preventiva e ostensiva que estivesse dentro de um padrão político e social aceitável.

Esse novo formato de policiamento comunitário que buscava impactar na relação polícia e comunidade veio acompanhado de modelos e experiências de polícias de países da Europa e dos Estados Unidos além de Japão, Colômbia e Chile, já que estes países estavam em um processo bem mais avançado no tocante à política de direitos humanos e cidadania.

Para tanto, esse novo modelo de segurança pública implementado pelo Coronel Cerqueira através da Polícia Militar do Rio de Janeiro conforme já citado, buscava, também, reavaliar os métodos de emprego operacional da instituição que passava principalmente pela forma como a polícia abordava o cidadão, bem como rever a própria filosofia institucional já que a partir de um diagnóstico apresentado, seria mais fácil serem criadas diretrizes básicas para o desenvolvimento de um novo modelo de gestão de segurança pública.

Este novo método de policiamento não surgiu como uma forma de solucionar todos os problemas de segurança pública, ao contrário veio como uma Filosofia policial na qual buscava trabalhar em parceria com a comunidade, buscando melhorar a confiança da sociedade com a polícia e, dessa forma, tornando essa parceria como primordial para prevenção do crime buscando respeitar os preceitos constitucionais, de forma que os direitos humanos dos cidadãos e da comunidade fossem garantidos.

Essa relação entre o novo modelo de polícia comunitária e sua inserção no processo de redemocratização foi também muito impactante para a Polícia Militar do Ceará, já que nesse novo processo político do Estado seria necessária uma polícia que acompanhasse e entendesse a evolução social e buscasse garantir os direitos individuais e coletivos dos cidadãos cearenses em todos os municípios em que a polícia militar tivesse presente.

Igualmente buscamos mostrar que o fundamento da polícia comunitária é a prestação de serviço com qualidade à sociedade e dentro de uma ordem constitucional, já

que essa parceria entre população e polícia se baseia na identificação de problemas que afetam a comunidade de forma direta e indireta. Uma vez que se implementa o emprego da polícia comunitária em um bairro ou uma comunidade de forma geral seu objetivo será o melhoramento da qualidade de vida da população, já que aos poucos o crime e a violência passam a ser devidamente monitorados e controlados.

Por outro lado, se o mesmo tipo de policiamento tiver a participação da comunidade e busque de forma inteligente soluções para os problemas do bairro, dessa forma ele deixa de ser um tipo de policiamento autoritário e passa a ser um modelo de policiamento comunitário capaz de proporcionar um serviço relevante de polícia mesmo sendo necessário o cumprimento da Lei.

Essa prática policial comunitária preventiva acaba minimizando os efeitos de todo um sistema que vai desde a diminuição do acionamento das viaturas na central de emergências chegando a impactar até no sistema criminal, pois quanto menos crimes houver na comunidade menos inquéritos e processos também irão diminuir nessa mesma relação.

Assim sendo, conforme Skolnick e Bayley (2002), a prevenção e defesa contra o crime, será um conjunto de ações, estratégias e principalmente uma parceria consolidada entre polícia e comunidade, porém deixando bem claro que a polícia já mais poderá perder sua essência de sempre que precisar utilizar o emprego da técnica policial dentro dos parâmetros do uso progressivo da força.

### **3. O processo de construção da UNISEG 01, através do diagnóstico do problema.**

O desenvolvimento da UNISEG 01, no Bairro Vicente Pizón, buscou trazer através da Polícia Comunitária um ambiente de bem-estar em detrimento daquele de repressão e de intimidação já existente, procurando sempre propiciar um campo de confiança, de parceria, de solução de problemas e acima de tudo de participação social, já que o caminho da integração das ações estava sempre buscando o fortalecimento do exercício da cidadania das pessoas da comunidade.

Para Freitas (2019), a UNISEG 01 foi capaz, em seu nascedouro, de criar e desenvolver uma linguagem própria para solução de problemas no território, inclusive criando o “RIDS – Relatório de Identificação e Demanda Social”, que foi um instrumento criado para dar ao policial comunitário a capacidade de solucionar os problemas estruturais da comunidade quando estes estavam afetando a segurança do cidadão.

Portanto, o “RIDS” passou a ser uma ferramenta fundamental para o emprego diário do Policiamento Comunitário nas ações da UNISEG 01, diretamente na comunidade com a finalidade de solucionar problemas do cotidiano, que impactasse diretamente na qualidade de vida do cidadão e contribuindo para o fortalecimento da rede de apoio dos serviços públicos no território.

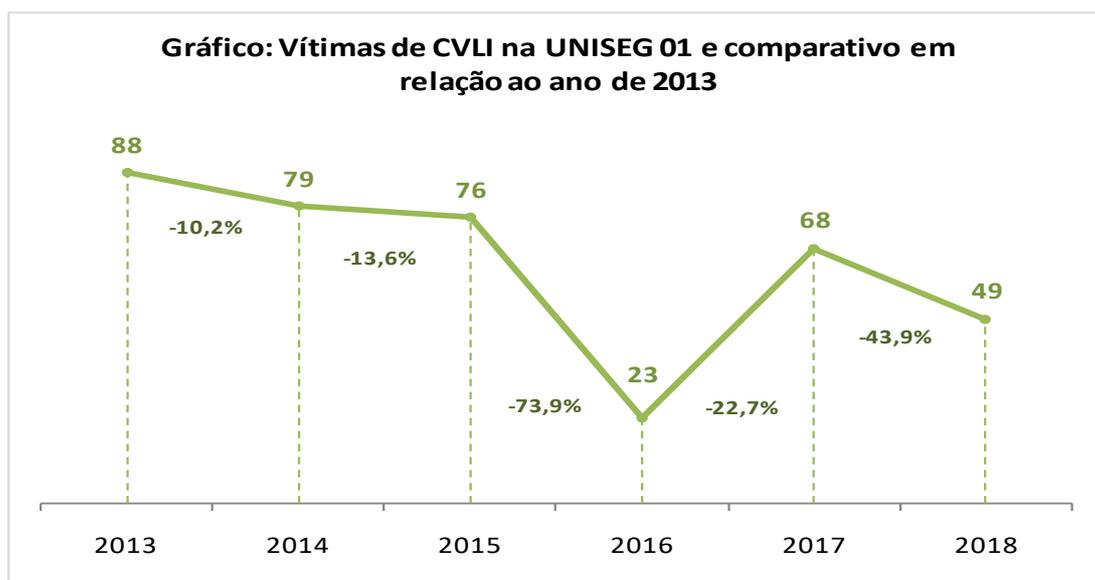
Através do “RIDS”, foi possível mudar e melhorar a iluminação pública, mudar paradas de ônibus de um local para outro para evitar roubos e furtos, fazer gestão junto à prefeitura de Fortaleza para realização de operações tipo “tapa buraco” e a realização de faixas de pedestres em torno de escolas, colocar semáforos em vias onde estavam acontecendo muitos acidentes, melhoria da estrutura de praças, melhoria da estrutura de escolas, além de poder intervir em outros órgãos também importantes para solução de problemas como a Delegacia da Mulher e a Casa da Mulher Brasileira.

Por ser a UNISEG 01 a linguagem do Governo através do Pacto Por um Ceará Pacífico no território, o alinhamento feito pela Polícia Comunitária e a própria sociedade, buscou através de reuniões em praças públicas, com jovens, com os coletivos da comunidade e lideranças comunitárias, criar um vínculo direto entre o Policial Comunitário e as pessoas que eram cuidadas pelo policiamento.

Para Skolnick e Bayley (2002), uma das principais afirmativas do policiamento comunitário é capacidade dele ser adaptável aos problemas, da mesma forma que o policiamento terá que ser descentralizado para que o policial em campo tenha condições e seja capaz dele mesmo solucionar alguns problemas e buscar soluções eficientes. Dentro dessa perspectiva dos autores, foi como se estabeleceu o policiamento comunitário na UNISEG 01, sendo este um dos pontos favoráveis para a obtenção do êxito no programa no Grande Vicente Pizón.

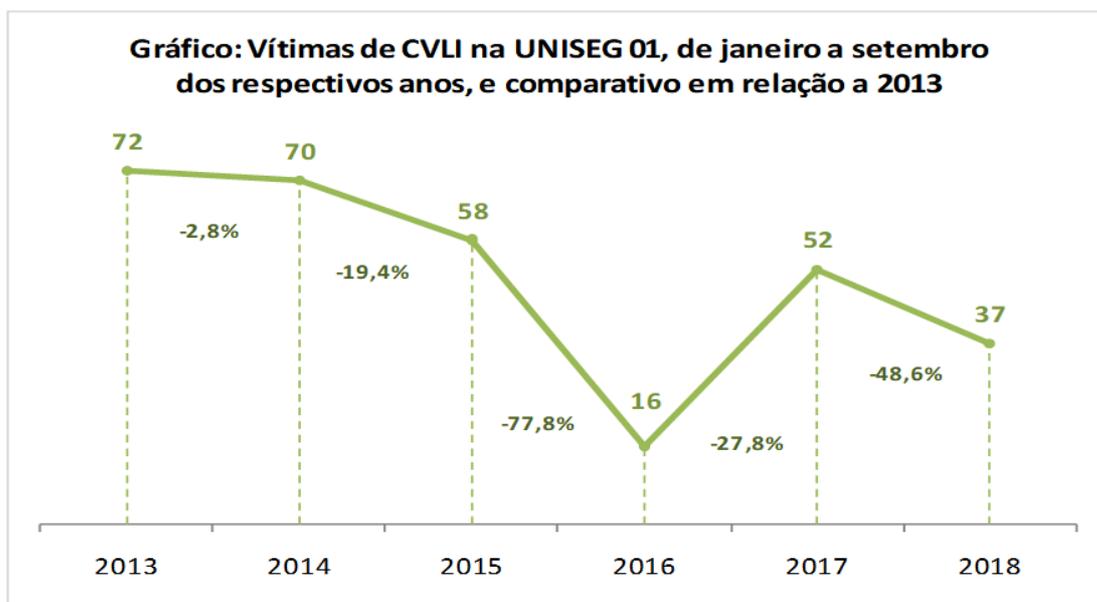
### A Avaliação da UNISEG 01, através de um Diagnostico Quantitativo

**Gráfico 1 - Vítimas de CVLI na UNISEG 01 e comparativo em relação ao ano de 2013**



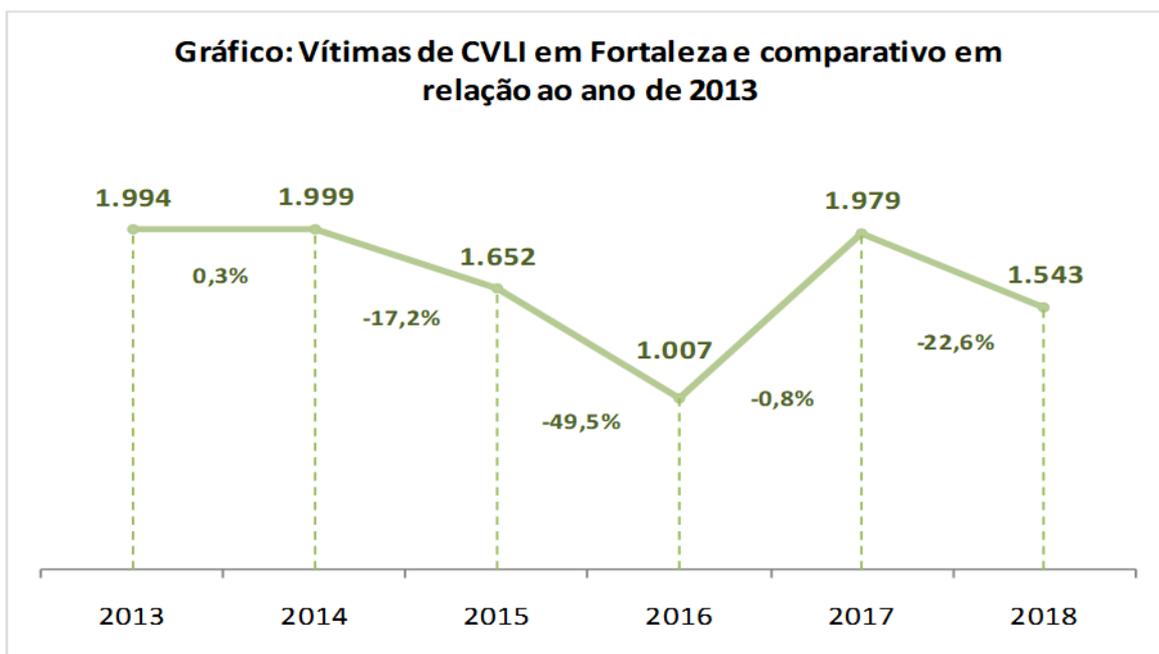
Fonte: SSPDS 2018

**Gráfico 2 - Vítimas de CVLI na UNISEG 01 de janeiro a setembro dos respectivos anos, e comparativo em relação a 2013**



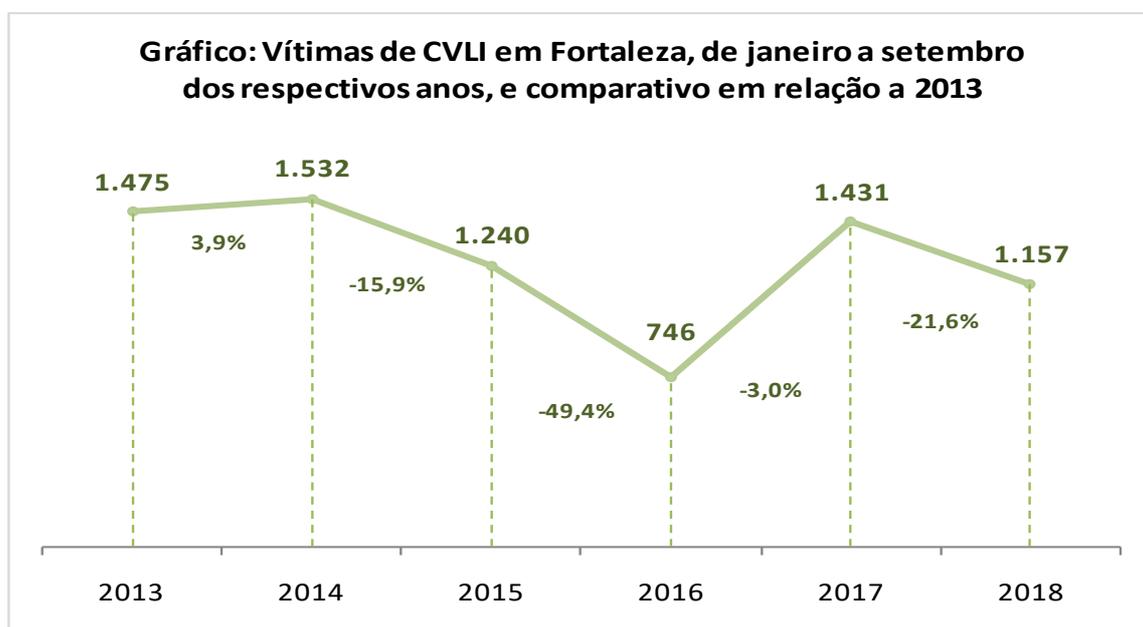
Fonte: SSPDS 2018

**Gráfico 3 - Vítimas de CVLI em Fortaleza e comparativo em relação ao ano de 2013**



Fonte: SSPDS 2018

**Gráfico 4 - Vítimas de CVLI em Fortaleza de janeiro a setembro dos respectivos anos, e comparativo em relação a 2013**



Fonte: SSPDS 2018

De conformidade com os dados dos gráficos acima, buscamos mostrar o quanto foi impactante para as Comunidades envolvidas pela inserção da UNISEG 01, na redução da violência e dos números dos homicídios, mesmo sendo crescente essas mesmas taxas de homicídios em outras áreas de Fortaleza no mesmo período de nossa pesquisa

Destarte, que todos esses princípios são fundamentais para melhoria da qualidade de vida do Policial Comunitário, já que ele também necessita de uma boa motivação

profissional para que possa estar sempre motivado nessa relação de parceria com a comunidade.

#### **4. A avaliação da UNISEG 01, como uma Política Pública de Segurança**

Para Passos (2021), é fundamental a participação da comunidade na construção de uma política pública, já que favorece a análise de um diagnóstico que vai muito além de somente dados quantitativos, tendo em vista que a escuta ativa da comunidade ajuda a detectar problemas anteriormente não conhecidos por órgãos oficiais, por isso que as ações do Policiamento Comunitário através de reuniões e audiências públicas no Vicente Pizón ajudaram a fortalecer todo um processo de construção da paz.

Essa rede de apoio criada na UNISEG 01 nos apresenta que o êxito na redução da violência, redução dos números de homicídios, desenvolvimento de uma política integrada, desenvolvimento de ações comunitárias e construção da paz no território do Grande Vicente Pizón, se deu não por conta das práticas de Policiamento Comunitário de forma isolada, mas sim através do Policiamento Comunitário como sendo um ator central e integrador do processo de solução de problemas no território.

Portanto, a eficácia da Política Pública de Segurança, conforme Ilanud (2002), não está no isolamento das agências ou órgãos públicos, mas sim na integração destas agências, de forma que suas competências sejam utilizadas da melhor maneira possível na solução dos problemas sociais em busca da qualidade de vida do cidadão.

Apesar da falta de regulamentação e de institucionalização do projeto UNISEG, conforme Passos (2021), mesmo assim, no âmbito do Grande Vicente Pizón, ela teve uma grande eficácia em suas ações desde o momento de sua instalação por volta do ano de 2015 chegando até 2019 (nosso espaço temporal), mostrando ser um projeto Governamental impactante para melhoria da qualidade de vida do cidadão cearense.

#### **Considerações finais**

De acordo com o Ilanud (2002), toda vez que se aborda o tema segurança pública no Brasil, de imediato já se buscam soluções do poder público através de manifestações do Legislativo, Judiciário e Executivo. Porém, nem sempre o aumento de efetivo policial, aumento de pena no código penal e o encarceramento de grandes massas nos presídios será o suficiente para reduzir o crime e a violência.

Dessa forma, o Pacto Por um Ceará Pacífico buscou através da UNISEG 01, ser uma Política Pública de Segurança bastante eficiente, haja vista que desde sua instalação no território do “Grande Vicente Pizón”, por volta do ano de 2015, suas ações impactaram diretamente na redução do crime nos Bairros do Cais do Porto, Mucuripe e Vicente Pizón, conforme já apresentamos anteriormente seguindo essa máxima até o ano de 2019, que é nosso recorte temporal.

Destarte, que o papel da Polícia Militar nesse processo de solução de problemas do Pacto por um Ceará Pacífico no território através da UNISEG 01, foi muito importante, já que o Policiamento Comunitário se desdobrou e passou a ser uma solução pragmática do Policiamento Ostensivo no processo de integração com a comunidade, bem como atuando na mediação junto aos demais órgãos envolvidos na rede do Pacto na Comunidade.

As ações positivas da Polícia Militar só tiveram êxito na Comunidade do Vicente Pizón graças às Estratégias inovadoras do Policiamento Comunitário através de programas como o Grupo de Segurança Escolar (GSE), que passou a dar todo suporte preventivo sobre a prevenção ao uso de drogas nas escolas vindo a criar uma rede de proteção junto à direção dos colégios do bairro, do Grupo de Segurança Comunitária (GSC) que aos poucos passou também a criar uma rede de proteção à violência através de encontros, reuniões e eventos junto com a comunidade e por último com o Grupo de Apoio às Vítimas da Violência (GAVV),

que passou a acompanhar no bairro todas as vítimas da violência e, por sua vez, a monitorar os respectivos agressores passando a ser verdadeiros guardiões da cidadania.

Todas essas ações do Policiamento Comunitário diariamente nos territórios, atuando de forma preventivas somadas ao apoio diretamente do Pacto Por um Ceará Pacífico e pelas ações da Área Íntegra de Segurança “AIS”, gerenciada pela SSPDS, mostraram que muitos dos resultados eficientes de uma Política Pública de Segurança como foi o caso da redução dos homicídios nas Comunidades do Grande Vicente Pizón, só poderão ser positivas e assertivas através do fortalecimento dessas ações conjuntas e integradas entre Policiamento Comunitário, comunidade e demais atores, já que o problema é muito além de uma solução policial.

Dessa forma, o objetivo de nosso trabalho não buscou fazer comparativo com a eficiência ou ineficiência de outras Unidades Integradas de Segurança, já que nossa pesquisa teve um recorte espacial específico para o Bairro Vicente Pizón, bem como um recorte temporal entre os anos de 2015 e 2019, buscando mostrar o quanto o Policiamento Comunitário poderia ter contribuído, sendo ele um ator central na UNISEG 01, nesse processo de prevenção do crime e Redução de Homicídios.

Portanto, o que buscamos mostrar mesmo com todas as dificuldades que encontramos em decorrência dessa Pandemia que assola o Brasil foi apresentar resultados quantitativos e qualitativos que mostram a eficiência do programa UNISEG 01, na redução dos homicídios.

A solução, diz Goldstein, é que a polícia se torne orientada para solução de problemas ao invés de orientada para atender a incidentes. Ela deve desenvolver a capacidade de diagnosticar as soluções a longo prazo para crimes recorrente e problemas de perturbação de ordem, e ajudar na mobilização de recursos públicos e privados para esses fins (SKOLNICK; BAYLEY, 2022, p, 37).

Portanto, essa foi a lógica utilizada pelo policiamento comunitário na UNISEG 01, haja vista que primeiro conheceram as competências dos demais atores envolvidos no Pacto Por um Ceará Pacífico, depois buscaram fortalecer a parceria com a comunidade para, por último, desenvolver os programas sociais na comunidade, de forma que as ações passassem a terem legitimidades.

Para tanto, o projeto UNISEG 01 foi uma política pública de segurança eficiente para os fins planejados no Grande Vicente Pizon por volta do ano de 2015 a 2019, inclusive tendo o fortalecimento da integração e da interação da rede montada como elo do Pacto por um Ceará Pacífico no território, cabendo ser feita uma avaliação dos resultados para a partir do diagnóstico levantado, ser estabelecido um modelo padrão para os demais territórios.

Dessa forma, mostramos através do Estudo de Caso da UNISEG 01, no período de 2015 a 2019, no território do Vicente Pizón, que foi possível haver a redução do número de homicídios devida a eficiência da implementação do Policiamento comunitário através do Policiamento Orientado para Solução de Problemas com toda uma Filosofia de integração com a comunidade bem como servindo de interlocução do governo no território e contribuindo para a inserção dos serviços Públicos na comunidade.

Por último também destacamos a utilização de ferramentas importantes como o “RIDS” utilizado pela UNISEG 01, com a finalidade de identificar os problemas de infraestruturas na comunidade que impactavam diretamente na insegurança que após ser identificado pelos policiais do Grupo de Segurança Comunitário logo era solucionado o problema com apoio dos serviços públicos do Estado e do Município gerando um sentimento de confiança da população ao policiamento proativo, bem como pelo emprego do “Georreferenciamento das ocorrências policiais”, mediante o mapa criminal de

determinada área que contribuía de forma científica para um melhor desenvolvimento dos planos estratégicos no emprego do Policiamento Preventivo e Ostensivo

### Referências bibliográficas

ABREU, BRASIL e Almeida. **Antropologia da Política: questões de segurança pública**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALMEIDA, R. O. **Mulheres que Matam: universo imaginário do crime no feminino**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2001.

ALMEIDA, R. O.; BARREIRA, C.; ABREU. D. S. **Jovens em Tempo Real - Andando na periferia de Fortaleza: exclusão, juventude e violência**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AQUINO, J. P. **Príncipes e Castelos de Areia: um estudo na performance nos grandes roubos**. [S.l.]: Biblioteca 24 horas, 2010.

BAYLEY, D. H. **Padrões de Policiamento: Policia e Sociedade 1. Núcleo de Estudos de Violência – USP**. São Paulo: Ford Foundation, 2001.

BAYLEY, D. H; SKOLNICK, J. H. **Policiamento Comunitário: Questões e Praticas Através do Mundo**: São Paulo: Edda Universidade de São Paulo, 2017.

CARNEIRO, S.; SILVA, R. J. **Violência Racial: uma leitura sobre os dados homicídios no Brasil**. Belo Horizonte: Publicações de Geledés, 2009.

CEARÁ. Polícia Militar. Assessoria de Polícia Comunitária (APCOM). **Manual de Policiamento Comunitário Proativo**. Fortaleza/CE, 2020.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: EdUFJF, 2002.

FAORO, R. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro: EdGlobo, 2012.

FREITAS, G. J.; ALMEIDA, R. O.; MELO, P. D. de A. **Organizações Policiais em Revista**. Campinas/SP: Pontes, 2009.

FREITAS, José Messias Mendes. **Violência contra mulher: polícia comunitária como instrumento de eficácia das medidas de prevenção integrada, assistencial e de urgência da lei Maria da Penha**. 2017. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

GOLDSTEIN, H. **Policiando uma Sociedade Livre: Policia e Sociedade 9. Núcleo de Estudos de Violência – USP**. São Paulo: Ford Foundation, 2001.

GREENNE, J. R. **Administração do Trabalho Policial: Policia e Sociedade 5. Núcleo de Estudos de Violência – USP**. São Paulo: Ford Foundation, 2001.

GREGO, R. **Atividade Policial: aspectos Penais, Processuais Penais, Administrativos e Constitucionais**. 4. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

HIPÓLITO, Marcello Martinez; TASCA, Jorge Eduardo. **Superando o Mito do Espantalho: uma polícia orientada para a resolução dos problemas de segurança pública**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARCINEIRO, Nazareno. **Polícia Comunitária – Construindo Segurança na Comunidade**. Florianópolis: Insular, 2009.

MBEMBE, A. Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção, Política da Morte. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

MONET, J. **Polícias e Sociedades na Europa: Policia e Sociedade 3**. Núcleo de Estudos de Violência – USP. São Paulo: Ford Foundation, 2001.

PAIVA, BARROS e Cavalcante. Violência no Ceará: as chacinas como expressão da política e do conflito entre facções. **O Público e o Privado**, n.33, 2019.

PAIVA, Luiz Fabio S. Aqui não tem Gangue, tem Facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Caderno C R H**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 165-184,2019.

PASSOS, C. S. **Uma Avaliação sobre a Política Pública de Segurança “Proteger”**: Impactos e Resultados na de “CVLI” nas Comunidades “Gereba”, “Babilonia” e “Barroso 2”. 2021. 154f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021.

PRONASCI. **Polícia Comunitária**: Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária. 2. ed. São Paulo: SENASP, 2008.

SOAE, E. **Polícia y Comunidad**: una propuesta inspirada em la experiência de Israel. Jerusalém, Israel: Comupol, 2012.

SOUSA, ROGER SHERMAN FERREIRA. **Diagnostico de Comportamento Organizacional como Ferramenta de Planejamento e Gestão**: O Perfil Organizacional das Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Publicas, Fortaleza 2019.

VADE MECUM. **Segurança Pública**. São Paulo: SENASP – Ministério da Justiça. 2010.